

Dividido, conselho decide futuro de ACM

Na sessão de hoje será votado relatório que recomenda cassação por ligação com grampos

BRASÍLIA - O Conselho de Ética do Senado vai dividido hoje para a sessão em que votará o relatório recomendando a cassação do mandato do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) por suposta ligação com o caso das escutas telefônicas ilegais feitas pela Secretaria de Segurança da Bahia. Ontem, sena-

dores que integram o conselho apostavam num placar apertado, qualquer que seja a decisão.

Diante da situação, nem mesmo o PFL, que trabalha para livrar ACM da perda de mandato, arrisca falar em número de votos. Por causa da indefinição, o partido decidiu mudar de estratégia. Antes, pretendia apresentar um voto em separado, propondo a perda temporária de mandato. Agora, um senador pefelista, provavelmente Paulo Octávio (DF), encaminhará um voto rebatendo os argumentos do rela-

tório, de autoria do senador Geraldo Mesquita (PSB-AC), e sugerindo a absolvição de ACM. "Da parte do PFL, está fora de questão a opção pela perda temporária de mandato. Nós vamos contestar o parecer para derrubar os argumentos", contou o líder do partido no Senado, Agripino Maia (RN).

Nos bastidores, alguns pefelistas questionam essa decisão da cúpula. "É uma tática errada que vai acabar abrindo espaço para a abertura de processo de cassação", criticou um senador do PFL. (Gilse Guedes)